



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



481) A reparação do dano no peculato culposo é possível

- a) somente no peculato culposo
- b) somente no peculato doloso
- c) tanto no peculato culposo como no doloso, desde que seja anterior à sentença irrecorrível.
- d) tanto no peculato culposo como no doloso, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

RESPOSTA: A. Tal hipótese é prevista no artigo 312, §3º, do CP.

482) “A”, proprietário de um apartamento, subtrai da área comum do prédio um relógio de parede, na hipótese,

- a) o agente não cometeu qualquer delito.
- b) o agente cometeu o delito de apropriação indébita.
- c) o agente cometeu o crime de furto de coisa comum.
- d) o agente cometeu o delito de estelionato.

RESPOSTA: C, segundo artigo 156 do CP.

483) Funcionário Público que exige taxa que sabe ser indevida comete algum crime ?

- a) não comete crime
- b) comete o crime de concussão.
- c) comete o crime de corrupção passiva
- d) comete o crime de excesso de exação.

RESPOSTA: D, segundo artigo 316, §1º, do CP.

484) Quando um particular oferece vantagem indevida a um funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, e este recusa, ocorre

- a) corrupção ativa em concurso com tentativa de corrupção passiva.
- b) corrupção ativa
- c) corrupção passiva em concurso com tentativa de corrupção ativa.
- d) corrupção ativa em concurso com corrupção passiva.

RESPOSTA: B, Pois só houve o oferecimento da vantagem pelo particular, nada dispondo a questão sobre o funcionário, apenas afirmando que recusa. Portanto, só houve o crime da corrupção ativa, do artigo. 333, do CP.

485) O advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias

- a) comete o crime de patrocínio infiel.
- b) comete o crime de tergiversação.
- c) comete o crime de advocacia administrativa.
- d) não comete crime algum, apenas viola o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

RESPOSTA: A. Pois tal crime é previsto no artigo 355, do CP.

486) Constitui pressuposto subjetivo para a concessão do livramento condicional da pena

- a) ser a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos.
- b) ter o sentenciado bom comportamento carcerário
- c) ter o sentenciado, cumprido, se não reincidente, mais da metade da pena.
- d) ter o sentenciado requerido diretamente o livramento.

RESPOSTA: B, conforme previsto no artigo 83, III, que deve ser verificado individualmente para cada preso.

487) Funcionário público que concorre para que terceiro subtraia dinheiro, valor ou bem que se achava sob a custódia da administração pública, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona essa qualidade, pratica

- a) peculato apropriação.
- b) peculato desvio
- c) peculato furto.
- d) peculato culposos.

RESPOSTA: C, de acordo com o artigo 312, §1º, do CP.

488) Deixar o funcionário de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, por indulgência, comete o crime de

- a) prevaricação
- b) condescendência criminosa
- c) advocacia administrativa
- d) concussão

RESPOSTA: B, conforme artigo 320 do CP.

489) Arnóbio, tesoureiro de órgão público municipal, adredemente ajustado com Bernardo, um mecânico de motores, seu vizinho, deixa aberto o cofre de sua repartição ao final do expediente. Bernardo, altas horas da noite, através de uma janela do 2º andar, ali ingressa e subtrai do interior do cofre vultosa quantia em dinheiro. É correto afirmar-se que:

- a) ambos cometeram crime de furto qualificado.
- b) ambos cometeram crime de peculato próprio
- c) ambos cometeram crime de peculato impróprio (peculato furto).
- d) Arnóbio cometeu peculato e Bernardo furto qualificado.
- e) Arnóbio cometeu apropriação indébita e Bernardo furto qualificado.

RESPOSTA: C, artigo 312, §1º, do CP.

490) Recém nascido, com apenas seis meses de gestação e com pouca possibilidade de sobrevivência, foi expulso espontaneamente do ventre materno e, em seguida, teve sua morte abreviada, por ato violento da própria mãe. A espécie é de:

- a) homicídio qualificado
- b) infanticídio
- c) aborto
- d) homicídio privilegiado
- e) exclusão de ilicitude

RESPOSTA: B, segundo dispõe o artigo 123, do Código Penal, aquele que mata o próprio filho, durante o parto, sob influencia do estado puerperal é punido pelo crime de infanticídio, o que ocorreu na questão.